



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

**ANTEPROJETO**

**CONTRATAÇÃO INTEGRADA**

**1. INTRODUÇÃO**

Este Anteprojeto foi elaborado em estrita conformidade com a disposição dos elementos estabelecidos no inciso XXIV do art. 6º da Lei 14.133/2021 - Licitações e Contratos. Este documento contém os subsídios necessários à elaboração dos demais documentos licitatórios, atendendo às normativas vigentes.

**2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

Elaboração de anteprojeto para contratação integrada visando a produção do empreendimento habitacional, no Município de Monte Belo/MG, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub-50, compreendendo a elaboração e desenvolvimento dos Projetos Básico e Executivo, em metodologia compatível com as normas técnicas vigentes, a execução das obras e serviços de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais e respectivas infraestruturas, em conformidade com Portaria MCidades nº 1.416/2023, Portaria MCidades nº 75/2025 e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32/2024.

**3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação visa atender à necessidade pública de moradia digna para famílias de baixa renda, contribuindo para a redução do déficit habitacional e promoção da inclusão social. Nos termos do art. 6º, XXIV, alínea a da Lei n.º 14.133/2021, a contratação integrada permite a conjugação das etapas de projeto e execução, garantindo maior eficiência e qualidade técnica.

Considerando as necessidades de contratação conforme indicadas no item acima, pretende-se licitar a construção de 20 unidades residenciais de interesse social juntamente com a elaboração de projetos e demais serviços conexos, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, em contratação integrada. Segundo o art. 46, § 2º e 3º, da referida Lei:

§ 2º A Administração é dispensada da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada, hipótese em que deverá ser elaborado anteprojeto de acordo com metodologia definida em ato do órgão competente, observados os requisitos estabelecidos no inciso XXIV do art. 6º desta Lei.

§ 3º Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico.”

Conforme disposto acima, a modalidade visa conferir mais eficiência às contratações públicas, tanto na tramitação do processo, num formato mais célere, quanto nas novas possibilidades de ferramentas passíveis de serem utilizadas pelos gestores, sem perder em competitividade e isonomia.

A escolha do regime de contratação integrada também é pautada por situações em que o mercado oferece soluções diversificadas para a execução de obra ou serviço, conferindo ao contratado a liberdade de escolha da metodologia técnica ou operacional mais eficaz, apta a produzir, ao fim, os resultados almejados na contratação pelos menores custos possíveis., desde que submetida a administração para aprovação

Do ponto de vista operacional, a contratação integrada possibilitará as adequações dos projetos de forma mais ágil, uma vez que a caracterização do objeto nos anteprojetos está bem definida, o que reduz a níveis baixos os riscos de soluções que não atendam aos objetos ou que comprometam a qualidade do objeto contratado. Outro ponto importante pela escolha da contratação integrada é a previsão da matriz de riscos, como instrumento que define a reparação objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para a caracterização do objeto e das respectivas responsabilidades contratuais de sua futura execução, bem como para o dimensionamento das propostas pelos licitantes.

Inserir-se no âmbito do anteprojeto de engenharia, em observância aos princípios da segurança jurídica, da isonomia, do julgamento objetivo, da eficiência e da busca da melhor proposta. A matriz de riscos está anexada a este documento onde descreverá as responsabilidades.

Por fim, observa-se que a contratação integrada se configura como o modelo mais adequado para o presente empreendimento visto, uma vez que possibilita a contratação de uma única empresa ou consórcio de empresas para a elaboração dos projetos básico e executivo, bem como para a execução completa da obra, que deverá ser entregue em conformidade com as especificações técnicas e em plenas condições de funcionamento. Essa sistemática proporciona significativa desoneração administrativa, já que concentra em um único procedimento todas as etapas do processo, otimizando tempo, recursos financeiros e capital humano. Além disso, elimina etapas de licitar, contratar e aprovar separadamente os projetos e posteriormente a execução, conferindo maior celeridade e racionalidade à condução da contratação.

Outro aspecto relevante é a redistribuição das responsabilidades entre o poder público e a iniciativa privada, uma vez que, no regime integrado, a contratada assume os riscos decorrentes de eventuais falhas ou incompatibilidades de projeto, não podendo transferi-los a terceiros. Essa característica promove maior segurança técnica e jurídica ao contrato, além de garantir que o objeto seja entregue em condições ideais de uso e desempenho.

Quanto à vantajosidade econômica, destaca-se que, na contratação integrada, a contratada é responsável pela elaboração dos projetos executivos e passa a assumir os riscos decorrentes de eventuais falhas ou incompatibilidades de projeto, situações comumente observadas em obras de maior porte. Nesse



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

regime, não se admitem aditivos contratuais motivados por erros ou omissões de projeto, o que confere maior previsibilidade e segurança à execução.

Considerando o afastamento do risco de aditivos decorrentes de alterações supervenientes de quantitativos ou serviços, conforme disposto no art. 22, §4º, da Lei nº 14.133/2021, que poderiam majorar o valor da obra, observa-se que a transferência dos riscos para o particular reduz a probabilidade de acréscimos contratuais e representa uma condição economicamente vantajosa para a Administração.

Além disso, a contratada poderá iniciar frentes de serviço de imediato, desde que observadas as condicionantes estabelecidas, o que possibilita maior dinamismo na execução e acelera a entrega do empreendimento. Com isso, espera-se obter dos licitantes propostas otimizadas, capazes de maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis e, conseqüentemente, reduzir o custo da contratação, atendendo ao interesse público por meio de uma solução mais vantajosa, eficiente e tecnicamente adequada.

Ao optar pelo regime de contratação integrada, a Administração deixa o modelo tradicional de contratações, onde os meios de execução são controlados, e passa a assumir um modelo gerencial, onde o foco é o resultado. Essa mudança reflete-se, de forma prática, na sistemática de medição e pagamento, que passa a estar associada à execução de etapas do eventograma vinculadas ao cumprimento de metas de resultado. E, ainda, a responsabilização do executor da obra que, no modelo tradicional, não tem responsabilidade pelo que foi projetado.

Cumpre salientar que a presente obra engloba vários elementos, partes, que são interligadas e formam um sistema, cada um com sua funcionalidade, mas que se unem em um conjunto funcional: a edificação pronta, capaz de prestar à sociedade o uso a que foi projetada, apta a atender à finalidade pública a que se destina.

Assim, o processo licitatório seguirá o regime de contratação integrada, cuja descrição da solução como um todo restou devidamente demonstrada para as necessidades apresentadas.

#### **4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA**

O empreendimento proposto insere-se no âmbito da política habitacional municipal, cujo objetivo é assegurar o direito fundamental à moradia e promover a inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade econômica. A contratação em questão busca viabilizar a construção de unidades habitacionais dotadas de infraestrutura adequada, saneamento básico e condições de acessibilidade, garantindo padrões mínimos de conforto, segurança e salubridade.

Trata-se, portanto, de uma necessidade pública diretamente relacionada à redução do déficit habitacional local e à melhoria das condições de vida da população de baixa renda, em consonância com as diretrizes do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub-50, bem como com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da função social da propriedade. O empreendimento representa, assim, uma ação voltada à efetivação de políticas públicas habitacionais e ao fortalecimento do desenvolvimento urbano sustentável.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

## **5. VISÃO GLOBAL DOS INVESTIMENTOS**

Nos termos do art. 6º, inciso XXIV, alínea a da Lei nº 14.133/2021, a visão global do investimento consiste na caracterização ampla do empreendimento, estabelecendo as premissas técnicas, funcionais, ambientais e socioeconômicas que orientarão o desenvolvimento dos projetos e a execução da obra.

O investimento proposto visa atender à demanda habitacional do município, contribuindo para a redução do déficit de moradias destinadas a famílias de baixa renda e para a promoção da inclusão social e acessibilidade, em conformidade com a NBR 9050/2020 e com a Portaria MCID nº 1.416/2023.

Busca-se garantir eficiência técnica, celeridade e economicidade por meio da integração das etapas de planejamento, projeto e execução, resultando em um processo mais ágil, racional e vantajoso para a Administração Pública. O empreendimento observa ainda as diretrizes de sustentabilidade, durabilidade e desempenho, considerando todo o ciclo de vida útil das edificações e a necessidade de compatibilizar o projeto com as condições locais do terreno, com a infraestrutura urbana existente e com as políticas públicas correlatas.

A concepção do investimento baseia-se nos levantamentos preliminares, que demonstraram a viabilidade técnica, ambiental e econômica da implantação. Assim, os parâmetros definidos neste anteprojeto deverão orientar as etapas subsequentes, assegurando a entrega de um empreendimento habitacional funcional, seguro, sustentável e socialmente adequado, plenamente alinhado às políticas públicas de habitação de interesse social.

## **6. LEVANTAMENTOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

Foram realizados levantamentos preliminares quanto à demanda habitacional, disponibilidade de área pública, acesso viário, infraestrutura existente e viabilidade de implantação, conforme art. 6º, inciso XXIV, alínea g da Lei nº 14.133/2021.

## **7. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Na presente contratação, considerando os levantamentos técnicos realizados e o detalhamento do anteprojeto, adota-se o critério de julgamento de **melhor técnica e preço global**, previsto no art. 33, inciso IV da Lei nº 14.133/2021. Tal escolha fundamenta-se no fato de o objeto envolver **obras e serviços especiais de engenharia**, nos termos do art. 36, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Ainda, parte da necessidade de assegurar o equilíbrio entre qualidade técnica e economicidade, de modo a selecionar a proposta que apresente a melhor solução para o empreendimento, observando-se os padrões de desempenho e funcionalidade exigidos, bem como a compatibilidade com os valores praticados no mercado. Dessa forma, busca-se garantir à Administração Pública a contratação mais vantajosa, conjugando eficiência, qualidade e custo adequado à execução do objeto.

## **8. SOLUÇÃO ESCOLHIDA E PARÂMETROS DO EMPREENDIMENTO**

Optou-se por adoção de tipologia unifamiliar térrea, com padrão construtivo simplificado, área mínima habitável, ventilação cruzada, iluminação natural e materiais de baixo custo e manutenção



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

reduzida, conforme exposto no programa de necessidades em anexo. As obras e os serviços a serem executados pela contratada encontram-se discriminados neste anteprojeto.

O anteprojeto de arquitetura e documentos complementares encontram-se especificados nos ANEXOS, e deverão ser utilizados como requisitos mínimos e necessários ao desenvolvimento do projeto básico e executivo de arquitetura e projetos complementares. Todos os bens e equipamentos necessários à execução da obra devem ser fornecidos pela contratada.

Quaisquer alterações deverão ser aprovadas pela administração e deverão atender aos requisitos mínimos constantes na Portaria MCID 1416 de 2023.

### **9. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E CONDIÇÕES LOCAIS**

O terreno destinado ao empreendimento é distribuído em 3 quadras, conforme levantamento topográfico. A empresa contratada deverá proceder com a realização de sondagem, conforme previsão de custos na planilha orçamentária, atendendo a quantidade mínima de furos estabelecido em norma técnica pertinente. Os serviços de terraplanagens e contenção serão executados pela administração municipal, estando já executados previamente a fim de não atrapalhar os inícios das obras.

### **10. CONDICIONANTES AMBIENTAIS E URBANÍSTICAS**

O projeto respeitará a legislação ambiental vigente, recuos mínimos, taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento definidos pela legislação municipal. O empreendimento não apresenta impacto ambiental significativo, considerando sua natureza, porte e finalidade social.

A atividade enquadra-se como construção de unidades habitacionais de interesse social, em área urbana já dotada de infraestrutura básica (acesso viário, abastecimento de água, energia elétrica e rede de esgoto). Nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, a atividade não se encontra listada entre aquelas passíveis de licenciamento ambiental pelo ente federado estadual, razão pela qual não está sujeita à regularização ambiental por meio de instrumento de licenciamento estadual.

A atividade é, portanto, classificada como de baixo impacto ambiental, sendo considerada autorizada para execução direta mediante observância das normas ambientais municipais e federais aplicáveis.

### **11. REQUISITOS E DESEMPENHO ESPERADO DAS EDIFICAÇÕES**

As edificações deverão atender às normas da ABNT aplicáveis, especialmente a NBR 15575 (Desempenho de Edificações Habitacionais), e garantir conforto térmico, acústico e durabilidade mínima de 50 anos.

### **12. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS E NÍVEL DE SERVIÇOS DESEJADOS**

Conforme o art. 6, inciso XXIV, alínea a da Lei nº 14.133/2021, o nível de serviço desejado visa estabelecer os padrões mínimos de desempenho e qualidade esperados das soluções de projeto e da execução da obra.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

A contratada deverá atender integralmente aos seguintes requisitos, definidos com base na ABNT NBR 16636-2:2017, na NBR 15575/2013 (Desempenho de Edificações Habitacionais) e nas portarias do Programa Minha Casa, Minha Vida, e, ainda ao que se segue:

**I. Qualidade construtiva e desempenho técnico:**

- a. Estruturas e fundações dimensionadas conforme resultados de sondagem e normas técnicas pertinentes;
- b. Materiais de boa procedência e desempenho comprovado;
- c. Durabilidade mínima das edificações de 50 (cinquenta) anos, conforme NBR 15575.

**II. Funcionalidade e conforto ambiental:**

- a. Tipologia unifamiliar térrea, com área útil mínima de 47,46 m<sup>2</sup> por unidade;
- b. Ambientes com ventilação cruzada, iluminação natural adequada e conforto térmico;
- c. Circulações e acessos livres de barreiras físicas.

**III. Acessibilidade e inclusão:**

- a. No mínimo 1 unidade adaptada para pessoa com deficiência e 1 unidade adaptada para idoso, com barras de apoio e banco articulado em banheiro, conforme NBR 9050/2020.

**IV. Sustentabilidade e eficiência**

- a. Soluções que minimizem desperdícios e favoreçam manutenção reduzida;
- b. Aproveitamento racional de recursos e materiais locais;
- c. Eficiência energética e compatibilidade com o padrão de fornecimento da CEMIG (Tipo B1 – bifásico)

**V. Infraestrutura e instalações**

- a. Execução das instalações elétricas, hidrossanitárias e pluviais conforme normas da ABNT e exigências das concessionárias;
- b. Previsão de interligação do esgotamento sanitário das unidades à rede existente, conforme orientação da Administração.

**VI. Desempenho estético e urbano**

- a. Conjunto harmônico e integrado ao entorno;
- b. Padrão visual uniforme, respeitando a identidade do programa habitacional municipal.

**VII. Entrega e operação**

- a. Edificações entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, livres de entulhos, com todas as licenças e alvarás obtidos;
- b. Apresentação de Manual do Proprietário e 'As Built', conforme previsto na matriz de riscos e nas obrigações contratuais.

O atendimento a esses requisitos será parâmetro para avaliação técnica, aprovação de projetos e recebimento definitivo da obra, devendo as soluções propostas pela contratada manter ou superar o nível de desempenho ora definido.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

Quanto ao desenvolvimento dos Projetos Básicos e Executivos, os mesmos deverão ser elaborados com emprego de modelagem de informações de construção - BIM, conforme as diretrizes a partir do Anteprojeto de arquitetura e documentos complementares, e deverão ser criteriosamente verificados e atestados pela administração. Para efeitos de entendimento do serviço a ser executado, fazem-se necessárias as seguintes definições:

a. **Projeto Básico:** De acordo com a Lei nº 14.133, inciso XXV do art.6º, Projeto Básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução. A Resolução CONFEA 361/91 já previa em seus arts. 1º e 2º que o Projeto Básico é o conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo unitário e prazo de execução. E que este é uma fase perfeitamente definida de um conjunto mais abrangente de estudos e projetos, precedido por estudos preliminares, anteprojeto, estudos de viabilidade técnica, econômica e avaliação de impacto ambiental, e sucedido pela fase de projeto executivo.

b. **Projeto Executivo:** é o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com nível de detalhamento superior ao do projeto básico. Farão parte do escopo do Projeto Executivo a elaboração de listas de material por projeto ou etapa de obra ou serviço, bem como a sua aprovação junto aos órgãos competentes – Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Prefeitura Municipal e concessionárias de água e energia. Cada Projeto Executivo deverá ser composto dos mesmos elementos listados para o Projeto Básico, porém em grau de detalhe adequado a nova etapa de projeto, definindo detalhadamente todos os materiais (descrição e quantidade), acabamentos e normas para a realização dos serviços necessários a execução da obra.

c. **Serviços Técnicos Especializados:** Os serviços a serem desenvolvidos consistem na elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura, sendo que para cada item licitado deverá ser apresentado o rol de projetos em conformidade com as metodologias utilizadas, bem como a real necessidade normativa ou demandada no instrumento convocatório.

Ainda, quanto à realização da sondagem, estabelecem-se os seguintes parâmetros: a empresa contratada deverá executar sondagens do tipo SPT nas três quadras previstas para a obra, com profundidade mínima de 8 metros, de modo a possibilitar o adequado conhecimento das características do subsolo e o correto dimensionamento das fundações exigidas.

Deverão ser realizados, no mínimo, 21 furos nas três quadras, compreendendo os custos referentes à mobilização e desmobilização. Os ensaios deverão ser conduzidos em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos na ABNT NBR 6484:2020, garantindo a confiabilidade dos resultados e a segurança estrutural do empreendimento.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

Quanto aos projetos arquitetônicos, os mesmos deverão atender a Norma 16.636-2 – 2017 e ao disposto na Portaria MCID 1416/2023 nas condições mínimas estabelecidas:

Unidades Habitacionais	
As especificações mínimas das unidades habitacionais não dispensam o atendimento à norma de Desempenho de Edificações Habitacionais (ABNT NBR 15.575), às Normas Técnicas da ABNT de processos e produtos, bem como à legislação municipal e estadual incidente.	
Programa de Necessidades de Projeto	
Área útil mínima da UH (descontadas as paredes)	A área da UH deve ser suficiente para atender ao programa mínimo da UH e às exigências de mobiliário para cada cômodo, conforme a seguir definidas, respeitadas as seguintes áreas úteis mínimas: 40,00 m <sup>2</sup> . As áreas úteis mínimas aqui descritas não consideram a área de varanda.
Programa mínimo da UH	Varanda + sala + 1 dormitório casal + 1 dormitório para duas pessoas + cozinha + área de serviço + banheiro. Estas especificações não estabelecem área mínima de cômodos, deixando aos projetistas a possibilidade de definir a área de cada cômodo da habitação, segundo o mobiliário previsto.
Dormitório casal	Quantidade mínima de móveis: 1 cama (1,40 m x 1,90 m); 1 mesa de cabeceira (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,60 m x 0,50 m). Circulação mínima entre mobiliário ou paredes de 0,50 m.
Dormitório duas pessoas	Quantidade mínima de móveis: 2 camas (0,80 m x 1,90 m); 1 mesa de cabeceira (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,60 m x 0,50 m). Circulação mínima entre as camas de 0,80 m. Demais circulações, mínimo de 0,50 m.
Cozinha	Largura mínima da cozinha: 1,80 m. Quantidade mínima de equipamentos: pia (1,20 m x 0,50 m); fogão (0,55 m x 0,60 m); e geladeira (0,70 m x 0,70 m).
Sala de estar ou refeições	Largura mínima sala de estar ou refeições: 2,40 m. Quantidade mínima de móveis: sofá ou sofás com número de assentos igual ao número de leitos; mesa para 4 pessoas; e estante ou armário de TV.
Banheiro	Largura mínima do banheiro: 1,50 m. Quantidade mínima: 1 lavatório sem coluna, 1 vaso sanitário com caixa de descarga acoplada, 1 box com ponto para chuveiro (0,90 m x 0,95 m) com previsão para instalação de barras de apoio e de banco articulado, desnível máx. 15 mm. Assegurar a área para transferência ao vaso sanitário e ao box.
Área de serviço	Quantidade mínima: 1 tanque (0,52 m x 0,53 m) ou 1 tanque duplo com cuba lisa e esfregador (1,10 m x 0,60 m) e 1 máquina de lavar roupas (0,60 m x 0,65 m). Prever espaço e garantia de acesso frontal para tanque e máquina de lavar.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

Varanda	Largura mínima de 1,2 m. Em casas sobrepostas é vedada varanda com estrutura em balanço. A varanda deverá ser coberta e preferencialmente anteceder o acesso principal da unidade habitacional no caso de casas térreas. Não é admitida instalação de tanque e máquina de lavar na varanda.
Em todos os cômodos	Espaço livre de obstáculos em frente às portas de no mínimo 1,20 m. Nos banheiros, deve ser possível inscrever módulo de manobra sem deslocamento que permita rotação de 360° (D = 1,50 m). Nos demais cômodos, deve ser possível inscrever módulo de manobra sem deslocamento que permita rotação de 180° (1,20 m x 1,50 m), livre de obstáculos, conforme definido pela ABNT NBR 9050.
Pé direito mínimo	Pé-direito mínimo de 2,60 m, admitindo-se 2,30 m no banheiro.
Ampliação da casa	A unidade habitacional deverá ser projetada de forma a possibilitar a sua futura ampliação sem prejuízo das condições de iluminação e ventilação natural dos cômodos pré-existent. O projeto da unidade habitacional deverá deixar claro o sentido de expansão da moradia.
Proteção da alvenaria externa	Calçada em concreto com largura mínima de 0,50 m em todo o perímetro do imóvel. Nas áreas de serviço externas, deverá ser prevista calçada com largura mínima de 1,20 m e comprimento mínimo de 2,00 m na região do tanque e máquina de lavar.
Ventilação	Ventilação cruzada: em UHs localizadas nas zonas bioclimáticas 7 e 8, garantir ventilação cruzada - escoamento de ar entre pelo menos duas fachadas diferentes, opostas ou adjacentes.
<b>Sistemas e Componentes</b>	
<b>Cobertura</b>	
Deverá ser executada em telha cerâmica ou fibrocimento, sobre estrutura de madeira ou metálica, com especificação, tratamento e dimensionamento que atendam às NBR 15.575 - Edificações Habitacionais - Desempenho e demais normas técnicas pertinentes. É obrigatório o emprego de forro em gesso, madeira ou PVC ou laje de concreto em toda a moradia. Largura mínima do beiral de 60 cm. Se utilizada tecnologia inovadora deverá ser homologada pelo SINAT e seguir sua diretriz, disponível no sítio eletrônico do PBQP-H. As coberturas deverão obedecer às inclinações recomendadas pelos fabricantes para os diferentes tipos de materiais de telhados.	
Vedado o uso de estrutura metálica quando a obra estiver localizada em regiões litorâneas ou em ambientes agressivos a esse material. No caso de área de serviço externa, a cobertura deverá ser em toda a área, nas mesmas especificações da UH, facultado o uso de laje. Pintura dos tetos com tinta látex Econômica, Standard ou Premium, segundo a norma ABNT NBR 15.079.	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

Sistemas de Vedação Vertical	
Sistemas de vedação vertical externa	Em unidades localizadas nas zonas bioclimáticas 3 a 8, a pintura das paredes externas será predominantemente em cores claras (absortância solar abaixo de 0,4) ou serão empregados acabamentos externos predominantemente com absortância solar abaixo de 0,4. Cores escuras admitidas em detalhes. Revestimento em concreto regularizado e plano, ou chapisco e massa única ou emboço e reboco, adequados para o acabamento em pintura. Pintura com tinta látex Standard ou Premium, segundo a norma ABNT NBR 15.079, ou textura impermeável. O preparo das superfícies que receberão a pintura deverá seguir ABNT NBR 13.245. Nas áreas de serviço externas à edificação, o revestimento cerâmico deverá cobrir no mínimo a largura correspondente ao tanque e a máquina de lavar roupas (largura mínima de 1,20 m).
Sistemas de vedação vertical interna	Revestimentos internos e de áreas comuns em gesso ou chapisco e massa única ou em emboço e reboco, ou ainda em concreto regularizado e plano, adequados para o acabamento em pintura. Pintura com tinta látex Econômica, Standard ou Premium, segundo a norma ABNT NBR 15079, ou textura impermeável. O preparo das superfícies que receberão a pintura deverá seguir ABNT NBR 13.245. Em áreas molhadas, revestimento em azulejo até altura mínima de 1,50 m em todas as paredes da cozinha, área de serviço interna à edificação e banheiro e em toda a altura da parede na área do box.
Esquadrias	Portas e ferragens: Portas em madeira ou metálica em aço ou alumínio. Porta de acesso à unidade habitacional, quando exposta a intempéries, desprotegida de varanda ou marquise, deverá ser em aço ou
	alumínio, desde que não possua vidros em altura inferior à 1,10 m em relação ao piso acabado. Todos os cômodos deverão possuir portas.
	Vão livre entre batentes de 0,80 m x 2,10 m em todas as portas. Previsão de área de aproximação para abertura das portas de acesso (0,60 m interno e 0,30 m externo). Maçanetas de alavanca devem estar entre 0,90 m a 1,10 m do piso. Prever ao menos duas portas de acesso, sendo 1 na sala, para acesso principal, e outra para acesso de serviço na cozinha ou área de serviço. Em portas de aço, pintura com esmalte sobre fundo preparador. Em portas de madeira, com esmalte ou verniz. Janelas: soluções previstas em todos os vãos externos deverão ser completas, com vidros, de forma a conferir funcionalidade quanto



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

	<p>aos requisitos de ventilação, iluminação e vedação. Admitem-se janelas em aço, madeira, PVC ou alumínio. É vedada a utilização de aço em regiões litorâneas ou meio agressivo. É obrigatório o uso de vergas e contravergas com transpasse mínimo de 0,30 m, além de peitoril com inclinação mínima de 3% em direção ao lado externo da edificação e adoção de pingadeira e transpasse de 2 cm para cada lado do vão, ou solução equivalente que evite manchas de escoamento de água abaixo do vão das janelas.</p> <p>Em todas as zonas bioclimáticas as esquadrias de dormitórios devem ser dotadas de mecanismo que permita o escurecimento do</p>
	<p>ambiente com garantia de ventilação natural. Este mecanismo deve possibilitar a abertura da janela para a entrada de luz natural quando desejado.</p> <p>Em unidades localizadas nas zonas bioclimáticas 7 e 8, as aberturas da sala deverão prever recurso de sombreamento (veneziana, varanda, brise, beiral, anteparo ou equivalente).</p> <p>Em janelas de aço, pintura com esmalte sobre fundo preparador. Em janelas de madeira, com esmalte ou verniz.</p> <p>Quando os contramarcos não forem solidarizados à estrutura, as juntas receberão aplicação adequada de vedante para evitar</p>
	<p>infiltrações de água. Deve ser prevista a utilização de selante a base de poliuretano ou poliéster para calafetação de janelas.</p>
<b>Sistemas de Piso</b>	
<p>Obrigatório piso e rodapé em toda a unidade, incluindo o hall e as áreas de circulação interna. O revestimento deve ser em cerâmica esmaltada PEI 4, com índice de absorção inferior a 10% e desnível máximo de 15 mm. Para áreas molháveis, o coeficiente de atrito dinâmico deve ser superior a 0,4. As cotas dos pisos serão superiores à cota da calçada ao redor da casa</p>	
<b>Sistemas Prediais Hidráulicos</b>	
<b>Parâmetros</b>	<p>Prever pontos específicos de água e esgoto para máquina de lavar roupa.</p> <p>É vedada a exposição de instalações hidráulicas.</p>
<b>Lavatório</b>	<p>Louça sem coluna, com dimensão mínima de 30x40 cm, sifão, e torneira com acionamento por alavanca ou cruzeta, segundo a norma ABNT NBR 10.281/15, com acabamento de registro de alavanca ou cruzeta.</p>
<b>Bacia sanitária</b>	<p>Bacia sanitária com caixa acoplada e mecanismo de descarga, conforme a norma ABNT NBR 15.097/11, sendo admitida caixa plástica externa.</p>
<b>Tanque</b>	<p>Capacidade mínima de 20 litros, em concreto pré-moldado, PVC, louça, inox, granilite ou mármore sintético, com torneira com acabamento de registro de alavanca ou cruzeta.</p>
<b>Pia cozinha</b>	<p>Bancada mínima de 1,20 m x 0,50 m com cuba de granito, mármore, inox, granilite ou mármore sintético, com torneira com acabamento de registro de alavanca ou cruzeta.</p>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

Sistemas Prediais Elétricos e de Comunicação	
Pontos de tomadas elétricas	Deverão atender à NBR NM 60.669/2004 e NBR 5410/2004 com no mínimo 4 pontos na sala, 4 na cozinha, 2 na área de serviço, 2 em cada dormitório, 1 tomada no banheiro e mais 1 ponto elétrico para chuveiro. Tomadas baixas a 0,40 m do piso acabado, interruptores, interfonos, campainha e outros a 1,00 m do piso acabado. Prever ponto específico para máquina de lavar roupa.
Pontos de comunicação	1 ponto de antena (tubulação seca). 1 ponto de telefone ou internet (tubulação seca).
Ponto de Iluminação	1 ponto em cada ambiente, inclusive plafon simples com soquete e lâmpada LED com Selo Procel ou ENCE nível A com potência compatível com o projeto elétrico desenvolvido.
Circuitos elétricos	Prever circuitos independentes para iluminação, tomadas de uso geral, tomadas de uso específico para cozinha e para o chuveiro, dimensionados para a potência usual do mercado local. Prever DR e ao menos 2 posições de disjuntor vagas no quadro de distribuição. Prever ponto específico para máquina de lavar roupa. A fiação aérea deve prever, no mínimo, proteção com isolador.
Geral	Tomadas baixas a 0,40 m do piso acabado, interruptores e outros a 1,00 m do piso acabado. É vedada a exposição de instalações elétricas.
Sistemas Estruturais	
A critério do autor e responsável técnico do projeto, o sistema estrutural da edificação poderá ser em estrutura de concreto armado, estrutura de alvenaria estrutural, ou estrutura metálica quando a obra não estiver localizada em regiões litorâneas ou em ambientes agressivos a esse material, considerando os aspectos de economia, facilidades de execução, recursos disponíveis, segurança e NBRs pertinentes. Os elementos estruturais serão identificados no projeto.	
Fundação	Os sistemas de fundação podem ser fundação direta (rasa, em superfície ou superficial) exceto em situação de aterro, ou fundação profunda. Os estudos e projetos das fundações deverão apoiar-se no levantamento de dados e informações pertinentes ao sistema, como: resultado das investigações geotécnicas, sondagem do terreno de acordo com a NBR 6484, topografia da área; levantamento de edificações vizinhas e projeto da estrutura com as cargas atuantes previstas para a fundação. O projeto e a execução deverão atender à NBR 6122 - Projeto e Execução de Fundações - Procedimento e demais normas pertinentes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

Tecnologias inovadoras	
Sistemas inovadores	Serão aceitas tecnologias inovadoras de construção homologadas pelo SiNAT desde que tenham Documento de Avaliação Técnica (DATEc) vigente, no âmbito do SiNAT do PBQP-H (relação de DATEcs está disponível no sítio eletrônico do PBQP-H). Os projetos de UHs que se utilizarem tecnologia inovadora deverão deixar expresso o sentido e a maneira de expansão da moradia.
Placas informativas para sistemas inovadores	Deverão ser instaladas placas informativas nas edificações, nos casos de utilização de alvenaria estrutural ou sistemas inovadores.
Diversos	
Reservatório	Reservatório de no mínimo de 500 litros ou de maior capacidade quando exigido.
Soluções para reuso de água	Instalação opcional, visando ao uso racional desse recurso e à utilização dessas águas nas atividades produtivas, respeitado o nível de aceitação das famílias.
Painéis fotovoltaicos	Instalação opcional, para geração de energia. Sistemas aprovados ou certificados pelo INMETRO.
Observação	
Os projetistas deverão empregar, preferencialmente, Building Information Modelling - BIM ou Modelagem da Informação da Construção na elaboração dos projetos e na execução de obras.	

Os anteprojetos já foram elaborados de forma a atender as áreas mínimas da Portaria, de forma que, não serão aceitas alterações que limitem a arquitetura em cômodos menores que o estabelecido em portaria e com área útil inferior a 47,46m<sup>2</sup>. Conforme exigência do programa 1 unidade habitacional será adaptada para portadores de necessidade especial e 1 unidade adaptada para idosos, de forma que os projetos executivos e a obra deverão prever barras de apoio e bancos articulados para o banheiro conforme preconiza a NBR 9050 de 2020.

A Concessionária responsável pela alimentação de energia elétrica é a CEMIG, de forma que o projeto elétrico deve contemplar a instalação e alimentação tipo B1, conforme normas específicas da concessionária. O padrão deve ser bifásico.

Para fins de destinação de esgoto, a empresa deve proceder com a execução dos projetos e das obras de instalações de forma a prever o esgotamento com a interligação da rede da unidade habitacional a rede existente nas calçadas. A interligação será executada pela administração.

Observações:

1. Todos os projetos, memoriais e orçamentos deverão estar acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's e/ou RRT's quitadas;

2. Os projetos executivos deverão ser desenvolvidos como o uso da metodologia BIM (Building Information Modeling ou Modelagem da informação para construção), conforme § 3º, art. 19º a Lei nº 14133/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

A empresa vencedora deverá entregar o Projeto Básico, após a assinatura do Contrato, em até 20 (vinte) dias, sendo ele completamente elaborado antes do início da obra. Este deverá estar acompanhado de cronograma da obra e eventograma, além de conter todos os projetos com seus memoriais descritivos e todos os custos unitários envolvidos, de acordo com a tabela SINAPI, incluindo o percentual de Bonificação/Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), detalhando todos os seus componentes, também na forma percentual, além dos custos dos materiais e serviços e todo o custo de mobilização e desmobilização para a obra.

**Não serão aceitos aditivos ao valor ofertado, conforme dispõe os § 4º do art. 22, § 3º do art. 46, § 5º do art. 56 e artigo 133 da Lei 14.133/2021.**

A administração terá 10 (dez) dias úteis para a aprovação do projeto básico apresentado. As alterações apontadas pela administração deverão ser sanadas e o projeto básico reapresentado no prazo de 10 (dez) dias.

Os Projetos Básico e Executivos deverão seguir as diretrizes estabelecidas no anteprojeto de arquitetura e memorial descritivo disponibilizados pela contratante. Os Projetos Executivos deverão ser desenvolvidos antes do início da obra, assim só se iniciará a etapa de obra após o projeto executivo estar aprovado.

Os projetos poderão sofrer alterações no decorrer da obra desde que aprovadas previamente pela contratante. Deverá ser entregue o eventograma prevendo as medições a cada 30 (trinta) dias corridos. Não podendo ser a última parcela inferior a 10% (dez por cento) do valor global da proposta, sob pena de desclassificação da proposta.

1.A execução da obra deverá ser de acordo com o projeto básico aprovado pelos órgãos reguladores e os projetos executivos por ela elaborados e previamente aprovados pela administração municipal.

2. Todos os elementos representados nos projetos, com exceção de mobiliários e equipamentos móveis, deverão ser considerados para fins de elaboração da planilha orçamentária.

3. Antes de apresentarem suas propostas, as licitantes poderão analisar e vistoriar o local da obra, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em erros. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções nos projetos não poderão jamais constituir pretexto para cobrança de “serviços extras” e/ou alteração na composição de preços unitários, após apresentação da proposta de preços.

3.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [gerentede projetos@montebelo.mg.gov.br](mailto:gerentede projetos@montebelo.mg.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4. As empresas licitantes deverão ser capacitadas nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários à perfeita execução e funcionamento da montagem da estrutura e de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

5. Os preços deverão ser propostos considerando-se a execução do objeto em Monte Belo – MG, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com instalações de máquinas, equipamentos próprios e andaimes, como também as despesas de aquisição de ferramentas e materiais, inclusive o seu transporte até o local de execução dos serviços, seu armazenamento e guarda, todos os equipamentos de segurança individual e coletiva e providências pertinentes, assim como as despesas relativas à mão de obra necessária a tais atividades, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios, os quais devem estar contemplados no preço proposto, onde já estarão inclusos o BDI relativo aos custos indiretos e impostos.

Serão aceitos Projetos elaborados por profissionais competentes, devidamente recebidos pela fiscalização, observando, no mínimo, a seguinte legislação:

- Lei nº 5.194/66 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e dá outras providências;
- Lei nº 6.496/77 – Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e de agronomia;
- Resolução CONFEA nº 361/91 – Dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em consultoria de Engenharia e Arquitetura;
- Resolução nº 425/98 – Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica.
- Lei nº 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos, pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- NBR 15575/2013 - Desempenho das edificações;
- Normas, resoluções e demais regulamentações do Ministério do Trabalho.
- Normas do INMETRO.
- Todas as demais normas técnicas e disposições da ABNT pertinentes ao assunto.
- Instruções e resoluções dos órgãos dos sistemas CREA/CONFEA e do CAU.

Os desenhos técnicos deverão ser entregues em 2 (duas) vias impressas em papel sulfite, perfeitamente cortados e dobrados segundo as normas da ABNT e em meio digital, arquivos em DWG e PDF, armazenados em mídia eletrônica (CD ou DVD).

Os projetos impressos deverão ser entregues com assinatura do profissional responsável técnico pela sua elaboração, acompanhados do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e respectivo comprovante de pagamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

Ao final da obra todas as edificações deverão estar com todas as suas instalações em perfeito estado de funcionamento, livre e desimpedidas de entulhos, sujeiras, respingos de tintas e argamassas e/ou qualquer outra substância que afete a estética e/ou o funcionamento de qualquer das partes das edificações.

Todo o empreendimento deverá estar livre de qualquer pendência de licenças, alvarás e aprovações nos órgãos pertinentes. O objeto do Contrato será recebido por equipe designada para tal, nos termos definidos no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, conforme a seguir:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da medição final, para a obra;

b) por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, para os projetos e para a obra.

O prazo para o recebimento definitivo da Obra não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital de licitação. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem é Co profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

A Contratada responderá pela qualidade e segurança da obra, nos termos do artigo 1245 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante, durante 5 (cinco) anos após o seu Recebimento Definitivo.

### **13. ESTIMATIVA DE CUSTOS E METODOLOGIA DE CÁLCULO**

O custo estimado do empreendimento foi calculado com base em composições de custos unitários do SINAPI e SETOP, nos termos do art. 23, §3º, da Lei nº 14.133/2021, resultando em valor global estimado de R\$ 2.800.000,00. Este valor servirá como referência para avaliação das propostas.

### **14. MATRIZ DE RISCOS PRELIMINAR**

Nos termos do art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021, a matriz de riscos tem por finalidade definir, de forma objetiva, a alocação das responsabilidades entre a contratante e a contratada, estabelecendo os eventos cujos impactos cada parte deverá suportar. No presente caso, os riscos de natureza geológica, climática e de desapropriação permanecem sob a responsabilidade da contratante, enquanto os riscos relacionados à execução da obra e à elaboração dos projetos serão integralmente assumidos pela contratada. A matriz detalhada de alocação dos riscos consta do Anexo II deste documento.

### **15. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

#### **15.1. DEFINIÇÃO DOS REQUISITOS E DAS FASES DA CONTRATAÇÃO**

Para o presente processo, conforme art. 15 da Lei 14.133/2021, será vedada a participação de consórcios e sociedades cooperativas, tendo em vista que o objeto da contratação é considerado



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

plenamente executável por uma única empresa devidamente qualificada, visto que a natureza padronizada das unidades habitacionais e a escala do empreendimento não demandam a união de competências ou o compartilhamento de riscos que justifiquem a formação de um consórcio, bem como a complexidade inerente à contratação integrada, que engloba projeto e execução, não se traduz, neste caso, em uma complexidade que exceda a capacidade de uma única empresa especializada. Além disso, a Administração Municipal possui experiência anterior exitosa na construção de 11 unidades habitacionais semelhantes, realizada por uma única empresa, precedente que demonstra a vantajosidade e eficiência desse modelo de contratação.

**A fase de habilitação antecederá a fase de julgamento de propostas** na presente contratação, tendo em vista que a mesma apresenta características que justificam a adoção da inversão de fases. No presente caso, a análise prévia da habilitação permitirá que a Administração Pública avalie previamente a capacidade jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal dos licitantes, evitando a avaliação de propostas de empresas que, porventura, não possuam as condições mínimas para contratar com o Poder Público.

Diante do exposto, e em conformidade com o Art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a inversão de fases na presente contratação é uma medida estratégica que visa otimizar o processo, mitigar riscos e garantir maior segurança jurídica na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com foco na qualidade e capacidade de execução do objeto. Tal inversão é devidamente motivada pelas características da contratação e pelos benefícios que trará para a gestão do futuro contrato.

Dessa forma, os licitantes encaminharão simultaneamente, antes da abertura da sessão pública, os **documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço**. Nessa hipótese, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas e dos documentos de habilitação pelos licitantes, o que ocorrerá somente após os procedimentos da fase de habilitação.

## **15.2. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**15.2.1.** A habilitação do licitante vencedor incluirá a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pelo SICAF, quanto aos documentos abrangidos pelo Cadastro.

**15.2.2.** O Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** SICAF;
- b)** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- c)** Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=as>);
- d)** Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- e)** Consulta ao Cadastro de Licitantes Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br>)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

**f)** Regularidade perante o CADIN (Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas)

<https://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica>

**g)** Regularidade perante o CAGEF (Cadastro Geral de Fornecedores)

<https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web>

**15.2.3** A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**15.2.4** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**15.2.5** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**15.2.6.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**15.2.7.** Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**15.2.8.** O Agente de Contratação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, relativos aos níveis:

**Nível I – Credenciamento:**

**1.1.1.** Inscrição Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**1.1.2.** CPF do(s) dirigente(es), sócio(s).

**Nível II – Habilitação Jurídica:**

**1.1.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedades estrangeiras que não funcionem no país devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**1.1.4.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**1.1.5.** Dados do(s) dirigente(es), sócio(s): cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Nível III - Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista:**

**1.1.6.** Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN:

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

**1.1.7.** Comprovante de Regularidade do FGTS:

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

**1.1.8.** Comprovante de Regularidade perante a Justiça do Trabalho:

Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

**Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:**

**1.1.9.** Comprovante de Regularidade com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

**1.1.10.** Comprovante de Regularidade com a Fazenda Municipal;

**1.1.11.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**1.1.12.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**1.1.13.** As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

**1.1.14.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.1.15.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para efeito de contratação (emissão de empenho) ou revogar a licitação.

**Nível V - Qualificação Técnica:**

**1.1.16.** Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

**1.1.17.** Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados e/ou certidões de capacidade técnica, registrados no CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas, sob pena de nulidade:

I - Nome do contratado e do contratante;

II - Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra);

III - Localização da obra;

IV - Serviços executados com quantidade mínima executada de 50%, com pontuação maior conforme comprovação de execução maior que o mínimo conforme regra de pontuação para melhor técnica, descrita nos próximos tópicos:

Execução de concretagem para fundações tipo sapata ou radier – 181,60 m<sup>3</sup>

Alvenaria de blocos cerâmicos ou de concreto para vedação – 1.730,00 m<sup>2</sup>

Trama de madeira, composta por ripas, caibros e terças para telhado cerâmico – 1.469,80m<sup>2</sup>

Forro em régua de PVC, frisado, para ambientes residenciais, inclusive estrutura de fixação – 718,00 m<sup>2</sup>

**1.1.18.** Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

**1.1.19.** Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante e, posteriormente participar efetivamente dos serviços objeto da licitação, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

**1.1.20.** No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**1.1.21.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**1.1.22.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

**1.1.23.** Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

**1.1.24.** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira:**

**1.1.25.** Comprovante de Regularidade de Pedido de Falência e Concordata expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**1.1.26.** Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo Pje (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante, sendo que esta somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

**1.1.27.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (se admitida a sua participação na licitação) ou de sociedade simples;

**1.1.28.** Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

**1.1.29.** Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

**1.1.30.** Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

**1.1.31.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.1.32.** Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura desta Concorrência, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**1.1.33.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

### **15.3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**15.3.1.** O licitante deverá enviar sua **proposta técnica**, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

**I. PROPOSTA** conforme modelo constante no Anexo III – Modelo de Proposta do Edital, constando o preço proposto para a presente contratação, expresso em Reais (R\$), em algarismos arábicos e por extenso, devidamente assinada por quem tenha poderes de representação, sem ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas;

**II. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** contendo os custos unitários sintéticos dos macrosserviços necessários para a construção das 20 unidades de habitação, que justifiquem o valor global proposto, discriminando o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, já englobando no valor todos os custos necessários a todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas cartorárias, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços;

**III. QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI** conforme Acórdão 2.622/2013 TCU – Plenário;

**IV. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** de execução das obras em formato de Eventograma, conforme Anexo V – Eventograma do Anteprojeto.

**15.3.1.1.** A proposta e os documentos apresentados deverão atender aos seguintes requisitos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

- a. Os arquivos referentes as documentações elencadas deverão ser anexos em extensões de xlsx e pdf;
- b. Os valores monetários deverão ser expressos em Reais (R\$), com apenas duas casas decimais, desprezando as demais;
- c. O orçamento deverá ser elaborado com base no Anteprojeto e anexos, sendo de exclusiva responsabilidade dos licitantes o levantamento dos serviços, dos quantitativos, e dos demais custos que forem necessários para a execução dos serviços;
- d. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob as alegações de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- e. Não poderão ser apresentados preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- f. O cronograma físico-financeiro deverá representar o desenvolvimento previsto para a execução das obras em relação ao tempo, observando o prazo de execução proposto pelo licitante, itens, etapas, fases, seus respectivos preços e os pagamentos, organizado em eventos e deverá ser obrigatoriamente compatível com os prazos de execução propostos pelo participante e com os orçamentos apresentados;
- g. O percentual atribuído para cada etapa dos diversos itens deverá ser coerente com a complexidade e a interdependência dos serviços, refletindo a proporcionalidade e sequência das etapas em relação ao total do item.

**15.3.2.** O licitante deverá enviar sua **proposta de preços** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. Valor global da proposta.

#### **15.4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**15.4.1.** O método de julgamento se dará por **melhor técnica e menor valor**, conforme devidamente motivado, de forma que, para a análise das propostas técnicas e das propostas de preço serão utilizados os parâmetros a seguir definidos.

**15.4.1.1.** No julgamento das **propostas técnicas**, será atribuída ao licitante uma **Nota da Proposta Técnica (NT)**, de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NT = 100 * T1/T2$$

NT = Nota da proposta técnica do licitante;

T1 = Pontuação técnica atribuída ao licitante;

T2 = Máxima pontuação técnica atribuída entre todos os licitantes



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

Onde a Pontuação técnica do licitante será computada conforme premissas abaixo:

<b>Atestado de Capacidade Técnica</b>		
<b>Execução de concretagem para fundações tipo sapata ou radier</b>		
Quantidade Exigida	Percentual em relação a obra	Pontuação
181,60 m³	50%	1
	50% < X < 75%	2
	75% < X < 100%	3
	X > 100%	4
<b>Alvenaria de blocos cerâmicos ou de concreto para vedação</b>		
Quantidade Exigida	Percentual em relação a obra	Pontuação
1.730,00 m²	50%	1
	50% < X < 75%	2
	75% < X < 100%	3
	X > 100%	4
<b>Trama de madeira, composta por ripas, caibros e terças para telhado cerâmico</b>		
Quantidade Exigida	Percentual em relação a obra	Pontuação
1.469,80 m²	50%	1
	50% < X < 75%	2
	75% < X < 100%	3
	X > 100%	4
<b>Forro em réguas de PVC, frisado, para ambientes residenciais, inclusive estrutura de fixação</b>		
Quantidade Exigida	Percentual em relação a obra	Pontuação
718,00 m²	50%	1
	50% < X < 75%	2
	75% < X < 100%	3
	X > 100%	4

Onde X é igual a quantidade apresentada pela empresa.

<b>Quadro Técnico</b>			
<b>Profissional</b>	<b>Pontuação – Graduação</b>		
	<b>Superior</b>	<b>Especialização</b>	<b>Mestrado/Doutorado</b>
Engenheiro Civil	1	2	3
Engenheiro Elétrico	1	2	3
Engenheiro Hidráulico	1	2	3
Arquiteto	1	2	3



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

**15.4.1.1.1.** Deverá ser apresentado o registro da empresa no CREA/CAU com a indicação dos responsáveis técnicos na mesma, será admitido Contrato de Prestação de Serviços do profissional com a empresa desde que ele esteja válido.

**15.4.1.1.2.** Para fins de comprovação de especialização, mestrado ou doutorado deverá ser apresentados os diplomas pertinentes.

**15.4.1.1.3.** A pontuação técnica será obtida através da somatória dos índices apresentados anteriormente.

**15.4.2.** No julgamento das **propostas de preço**, será atribuída ao licitante uma **Nota da Proposta de Preço (NP)**, de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP – Nota da proposta de preço do licitante;

X1 – Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 – Valor global proposto pelo licitante classificado.

**15.4.3.** Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a **pontuação final** dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (50 * NT + 50 * NP) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

## **16. REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE REMUNERAÇÃO**

A execução será contratada sob o regime de contratação integrada, conforme art. 46, inciso V da Lei nº 14.133/2021, incluindo elaboração de projetos, execução da obra e fornecimento de materiais e equipamentos, mediante preço global, conforme programa de necessidades em anexo. Os pagamentos serão efetuados conforme eventos previstos no eventograma em anexo, mediante liberação da CAIXA.

## **17. PRAZOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

O prazo total de execução estimado é de 12 meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço. O cronograma físico-financeiro deverá contemplar as etapas de projeto, execução, acabamentos e entrega das unidades, seguindo o eventograma disponibilizado em anexo.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

**18. CONCLUSÃO E ASSINATURA**

O presente anteprojeto foi elaborado conforme os parâmetros legais e técnicos aplicáveis, servindo de base para o edital e execução contratual futura, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e Portaria MCID nº 1416/2023.

Monte Belo, 17 de outubro de 2025

Matheus Alves Duarte  
Engenheiro Civil  
CREA: 188.265/D



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 18.668.376/0001-34**

**ANEXOS:**

- I.** ANTEPROJETOS
- II.** MATRIZ DE RISCO
- III.** ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
- IV.** PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA (utilizada para o levantamento de custo)
- V.** EVENTOGRAMA